

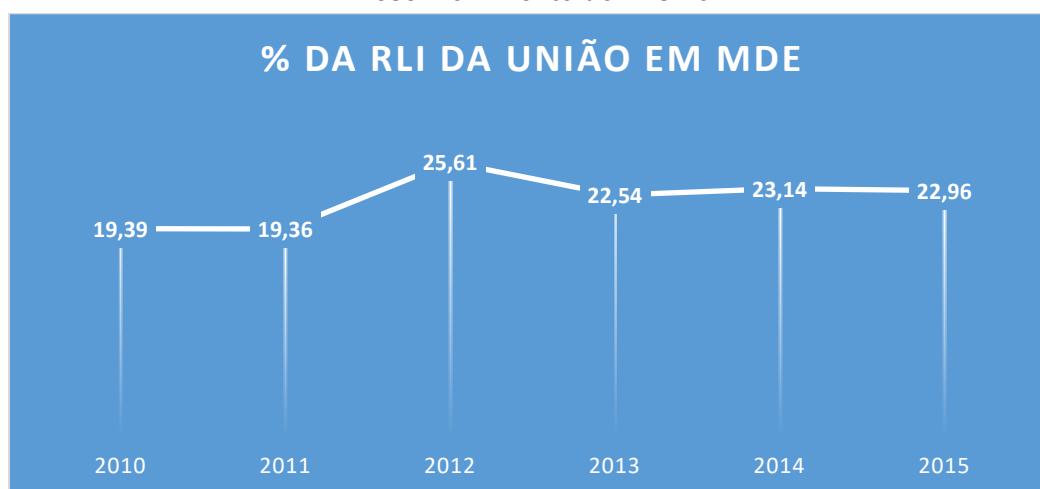
## Editorial

Caros/as leitores/as

É com alegria que apresentamos mais um volume da Revista Fineduca. Este ano de 2015 marca uma virada negativa para o financiamento da educação. Com as políticas econômicas restritivas do governo federal e com a consequente queda da atividade econômica, os gastos educacionais são os primeiros a sofrer os efeitos da recessão, uma vez que dependem basicamente da receita de impostos, as quais, por sua vez, respondem de forma direta ao ciclo econômico.

Os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional indicam que os gastos da União com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), em termos reais, sofreram uma queda de 22% quando comparados a 2012, o melhor ano. Em valores monetários, isso corresponde a uma queda de R\$ 15 bilhões – de R\$ 69 bilhões, em 2012, para R\$ 54 bilhões, em 2015. Esses dados refletem não só uma redução na atividade econômica, mas também um menor compromisso do governo federal com a educação, uma vez que o percentual da receita líquida de impostos destinados à MDE pela União caiu de 25,61%, em 2012, para 22,96%, em 2015, como mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 1 – Percentual da Receita Líquida de Impostos da União Gasto em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**



Fonte: STN (Demonstrativo dos gastos da União com manutenção e desenvolvimento do ensino).

Esse dado indica também o risco de que os investimentos federais estão sofrendo, tendo em vista que o mínimo constitucional é de 18%, o que significa que os gastos educacionais federais podem ser reduzidos ainda mais, sem que a vinculação constitucional seja descumprida. Isso sem falar na volta da proposta da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação que, na prática, baixaria a vinculação constitucional mínima de 18% para 12,6% (corte de 30%). Felizmente, até o momento, a proposta de incluir a educação na nova DRU não tem prosperado no Congresso Nacional. Mas o tema ainda está em discussão, com a criação agora da desvinculação das receitas de estados e municípios (DREM), que implicaria em redução de 30% nos recursos vinculados em educação dos estados e municípios, com impactos muito mais graves, pois esses entes federados respondem por 4/5 dos gastos educacionais do País.

Outro indicador dos efeitos perversos de uma política econômica recessiva também pode ser observado na grande probabilidade de redução dos recursos destinados à educação pelos estados e municípios. Isso é o esperado, considerando que sua principal fonte é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de Transporte e de Comunicação), imposto totalmente vinculado à atividade econômica. Assim é que os recursos do Fundeb, pela primeira vez em sua história, sofreram uma queda em termos reais, caindo de R\$ 138 bi, em 2014 (valor corrigido para 2015), para R\$ 134 bi, em 2015.

Como se vê, não há muito o que comemorar e as perspectivas para 2016 são ainda mais sombrias. Mas esses fatos indicam também a necessidade de mais pesquisas sobre o financiamento da educação. Nesse volume de 2015 são apresentados 14 artigos que discutem diferentes aspectos do financiamento educacional, com especial destaque para a temática da remuneração docente – questão-chave para a melhoria da qualidade da educação – e das velhas e novas formas de privatização da educação. Esse último tema, que ronda o financiamento da educação desde as discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024/61), e que ficou um pouco adormecido no período de reconstrução democrática, com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, volta com uma agressividade ímpar por parte dos agentes privados, em busca de recursos do fundo público, não só no Brasil, mas no mundo todo. Os textos aqui publicados, com certeza, contribuirão para entender dinâmicas desse processo.

Boa leitura.

*José Marcelino de Rezende Pinto*

*Nalú Farenzena*

**Editores do Volume 5**